

DESENVOLVIMENTO, DESASTRES E RECONSTRUÇÃO: O CASO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP, BRASIL

Avance de investigación em curso

GT 15- Medio Ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

JULIANO COSTA GONÇALVES
VICTOR MARCHEZINI
JULIANA SARTORI

RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever e analisar o desenvolvimento do município de São Luiz do Paraitinga e as políticas de reconstrução no pós-impacto das inundações ocorridas em janeiro de 2010. A metodologia do trabalho incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo no município no período de 2010 a 2013, entendendo que o processo de recuperação vai além do compreendido pela pesquisa. A política de reconstrução está sendo marcada pela substituição daquilo que se perdeu, reproduzindo uma ordem socioespacial de outrora que, historicamente se mostrou insustentável.

Palavras-chave: São Luiz do Paraitinga; reconstrução; desenvolvimento e desastre;

1. INTRODUÇÃO

Em sua definição mais comum, desenvolvimento é compreendido como crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O desenvolvimento deve proporcionar aos cidadãos de um país as condições mínimas, de acordo com o padrão culturalmente estabelecido, para a manutenção da dignidade e o exercício da cidadania (CARVALHO, 2002). O desenvolvimento de cada país “depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais)” (SANDRONI, 2002, p. 169).

Há uma importante correlação entre desenvolvimento e desastres. Os países desenvolvidos têm, em média, 23 mortos quando afetados por um desastre, enquanto os países em desenvolvimento, por sua vez, têm mais de 1000 mortos por desastre (MACBEAN, 2012).

Gastos com desenvolvimento e com prevenção de desastres são diferentes, mas perseguem o mesmo objetivo: a proteção social. Porém, é o próprio modelo de desenvolvimento que cria novas ou aumenta as vulnerabilidades existentes que deveria, por definição, diminuir. Existe, então, um paradoxo que se torna visível, muitas vezes, com a revelação das vulnerabilidades do território quando ocorre o desastre. O desastre acontece quando uma ameaça alcança uma sociedade vulnerável, atingindo as pessoas e as coisas que são valiosas (TIERNEY, 1994). Os desastres produzem a disrupção da vida social de milhões de pessoas a cada ano no Brasil (VALENCIO, 2010).

Quando um desastre atinge uma população provoca perdas materiais e imateriais. As perdas imateriais não são quantificáveis e estão relacionadas, principalmente, com a perda de vidas humanas. As perdas materiais, por outro lado, são quantificáveis, embora nem sempre com precisão, e sugerem estimativas que permitem compreender as perdas ocasionadas por desastres. Não existe um “comportamento ou padrão determinado nas consequências e na magnitude dos danos ocasionados pelos diferentes desastres” (CEPAL; BID, 2000, p. 10). O padrão existente em termos de danos varia de acordo com uma combinação de fatores que incluem:

- o tamanho da economia e sua situação antes do evento;

- a estrutura produtiva; a magnitude e natureza do fenômeno;
- o tempo e a duração do desastre;
- o grau de organização e participação social;
- a capacidade política institucional; e,
- a forma como o governo, a sociedade e a comunidade internacional enfrentam o problema (CEPAL; BID, 2000).

O objetivo deste artigo é descrever e analisar o desenvolvimento brasileiro e sua relação com desastres e estudar o caso do município de São Luiz do Paraitinga e as políticas de reconstrução no pós-impacto das inundações ocorridas em janeiro de 2010. A metodologia do trabalho incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo no município no período de 2010 a 2013, entendendo que o processo de recuperação vai além do compreendido pela pesquisa.

São Luiz do Paraitinga, município do Estado de São Paulo, Brasil, tem, atualmente, uma população de 10.397 habitantes, dos quais 6.180 residem em área urbana (59,4% do total) e 4.217 em área rural (40,6% do total). Em termos etários, dos 10.397 habitantes, 15,64% (1.626 pessoas) tem mais de 60 anos (FIBGE, 2011).

São Luiz do Paraitinga foi fundado às margens do rio Paraitinga que, entre os dias primeiro e quatro de janeiro de 2010, elevou suas águas cerca de 12 metros acima de seu nível normal inundando, principalmente, o centro histórico com o maior conjunto de casarões do século XIX do Estado de São Paulo.

Este trabalho está dividido em duas seções para além da introdução e da conclusão. A próxima seção discute a relação entre desenvolvimento e desastres no Brasil e a seção seguinte discute o processo de reconstrução do município de São Luiz do Paraitinga.

2. DESENVOLVIMENTO E DESASTRES NO BRASIL

O Brasil é um caso emblemático de um crescimento econômico que não se transformou em desenvolvimento. A melhora do padrão de vida não ocorreu para a totalidade da população. Pobreza, segregação sócio-espacial urbana, miséria, violência, desigualdade social são algumas das mazelas que não foram superadas pelo modelo de desenvolvimento que ocorreu no Brasil (GONÇALVES, 2010a). Além disso, houve grande devastação ambiental em nome do progresso, com aumento da poluição e da degradação ambiental resultando na perda de qualidade de vida.

O processo de desenvolvimento brasileiro, assim com o de outros países, negligenciou a dimensão ambiental. Para Sachs (2000) a humanidade se depara, atualmente, com dois problemas: o social e o ambiental. Para superar esses problemas é preciso conceber outro estilo de desenvolvimento capaz de produzir soluções integrando as finalidades sociais e ambientais do desenvolvimento, sem desrespeito às regras de prudência ecológica e de justiça social e, por fim, sem se esquecer dos preceitos de eficiência econômica. Além disso, Sachs (2000) afirma que é preciso levar a sério o princípio de responsabilidade com as gerações futuras.

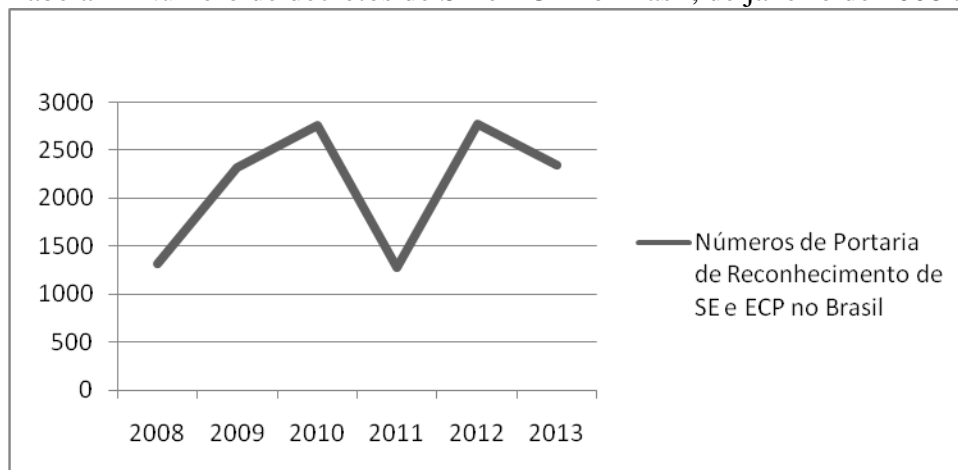
O desenvolvimento insustentável, do ponto de vista ambiental e social, criou um conjunto de vulnerabilidades associadas com a degradação ambiental e a decadência social. A consequência disto é o aumento do número e da intensidade dos desastres que ocorrem no país nos últimos anos. O processo de redução de desastres está embrenhado no processo de desenvolvimento sustentável (em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais).

A missão institucional da Defesa Civil consiste na redução dos desastres no país, por meio das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (BRASIL, 2012), porém, essas se concentram, principalmente, em nível da resposta e recuperação do desastre que já se concretizou. A porcentagem de unidades de Defesa Civil nos municípios brasileiros, de acordo com dados do IBGE, é

de 59,26%, deflagram também a precariedade do atendimento às populações vulneráveis perante os eventos ameaçantes (SIENA, 2012).

O aumento do número de desastres nos municípios brasileiros pode ser observado a partir do número de portarias de reconhecimento de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) ¹, publicados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), no período de janeiro de 2008 até agosto de 2013. Foram registradas 12.807 portarias de reconhecimento de SE e ECP, com a média de 2.134,5 ocorrências por ano, como pode ser observado na tabela 1, abaixo.

Tabela 1- Número de decretos de SE e ECP no Brasil, de janeiro de 2008 a agosto de 2013



Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Podemos identificar que o aumento no número de portarias de reconhecimento de SE e ECP do ano de 2008 para 2009 foi de 75,41%, enquanto no ano de 2009 para 2010 foi de 19,23%. Já no ano de 2011, em relação ao ano de 2010 houve uma diminuição do número de portarias de reconhecimento em 53,63%. E que voltou a aumentar novamente no ano de 2012 em 116,53% e baixou no ano de 2013 em 15,59%².

Em relação aos grupos severamente afetados por eventos extremos, do primeiro semestre de 2007 ao primeiro semestre de 2010, 22.089.804 pessoas foram afetadas por chuvas ou secas/estiagens prolongadas (90% dos desastres reconhecidos no país). Do ano de 2006 ao de 2009, o crescimento do contingente de afetados postos em situação de vulnerabilidade extrema devido às perdas causadas pelos desastres foi de 220,81% (VALENCIO e VALENCIO, 2010).

A região Sudeste agrega 1.668 municípios, com 53.078.137 habitantes consiste na região mais populosa do país (IBGE, 2010). No período de janeiro de 2008 a agosto de 2013, foram publicadas 1.620 portarias de reconhecimento de SE e ECP, com uma média de 270 desastres por ano. O quadro 2, abaixo, que mostra a evolução, por ano, do número de portarias de reconhecimento de desastres na região Sudeste, de acordo com cada Estado da região.

¹ Vale destacar que situação de emergência (SE) consiste no “reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada” (BRASIL, 2007, p.9), enquanto o estado de calamidade pública seria o “reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes” (BRASIL, 2007, p.9).

² Vale ressaltar que a data referente à consulta dos dados no site Ministério da Integração Nacional foi no dia 13 de agosto de 2013.

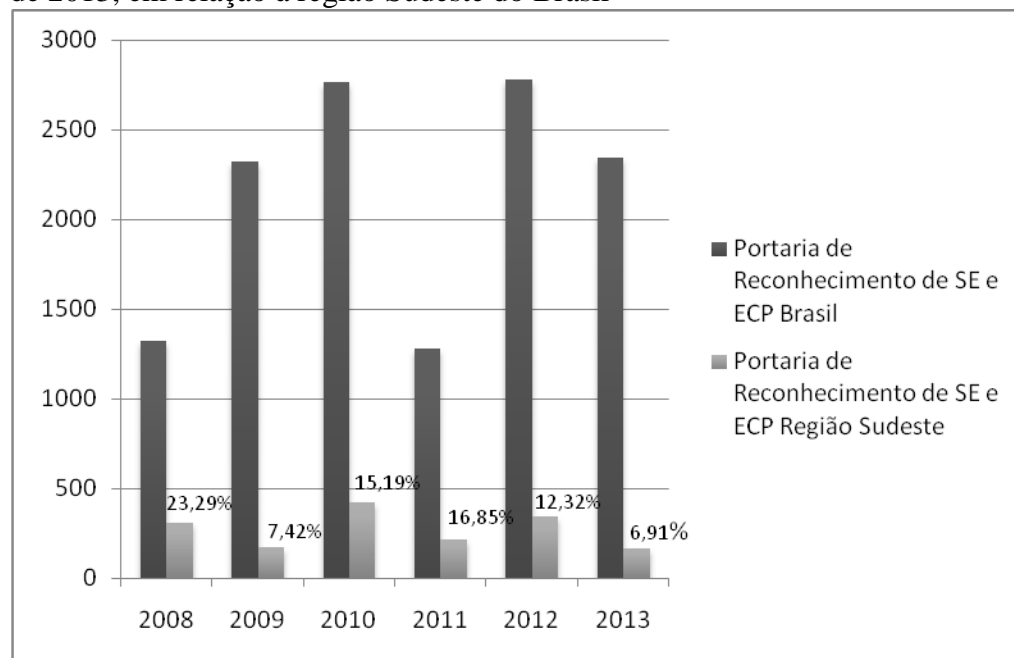
Quadro 2 –Número total de portarias de reconhecimento de SE e ECP, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2013 na região Sudeste do Brasil

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
São Paulo	18	10	77	60	7	9	181
Rio de Janeiro	4	42	46	30	22	8	152
Minas Gerais	266	77	262	86	290	143	1124
Espírito Santo	20	43	35	40	23	2	163
Total Sudeste	308	172	420	216	342	162	1620
Total Brasil	1322	2319	2765	1282	2776	2343	12807

Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Dentre os estados da região Sudeste, o Estado de Minas Gerais apresenta o maior número de decretos (69,38%), seguido pelo Estado de São Paulo (11,17%) e pelo Estado do Espírito Santo (10,06%). Em relação ao número de portarias reconhecidas no país, a região sudeste representa 12,64% em relação ao total do período de 2008 a agosto de 2013. A tabela 2, abaixo, mostra os dados comparativos da porcentagem de decretos na região Sudeste em relação ao número de portarias de reconhecimento no país.

Tabela 2 - Número de portarias de reconhecimento de SE e ECP, por ano, no período de 2008 a agosto de 2013, em relação à região Sudeste do Brasil



Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Em relação ao âmbito nacional, o número de portarias reconhecidas na região Sudeste em 2008 representava 23,29%, sofrendo diminuição em relação ao ano de 2009 para 7,42%, e em 2010 aumentou para 15,19%, em 2011 para 16,85%, sofrendo uma diminuição em 2012 para 12,32%, que até agosto de 2013 diminuiu para 6,91%.

Especificamente, no Estado de São Paulo, de acordo com os dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (2011, p.34), entre 1991 e 2010, os danos humanos por inundação brusca foram de 17 pessoas gravemente feridas, 48 desaparecidas, 485 levemente feridas, 1.034 enfermas 153 mortas, 63.653 desabrigadas, 63.133 deslocadas, 92.284 desalojadas, e 3.743.793 afetadas.

Nota-se, portanto, devido a continuidade do alto número de desastres, a ineficácia nas ações da Defesa Civil em torno do planejamento e gestão de desastres no país, já que os dados nos mostram que as ações de prevenção e preparação falharam. Dessa forma, podemos dizer que a Defesa Civil não está cumprindo de maneira efetiva a missão institucional da qual foi incumbida, que consiste na redução dos desastres no país, na qual o desastre é o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2007, p. 8).

Para Oliver-Smith (1998), o desastre consiste na relação de diversos processos e eventos, sejam eles de caráter social, ambiental, cultural, político, econômico, físico ou tecnológico. Desse modo, as implicações em torno dos desastres, no que diz respeito aos sistemas de prevenção e preparação que falharam com a concretização de determinado risco, deflagram que “os danos concretizados e extensivos, associados ao impacto de um fator de ameaça, já são a constatação da existência de falhas, omissões e inadequações nas ações de prevenção e preparação que o ente público, até ali, produziu” (VALENCIO, 2012, p. 37). Enquanto a preocupação dessa política estiver focada somente no fenômeno físico e não nos grupos sociais que estão em constante processo de vulnerabilização, os danos e prejuízos em relação aos desastres serão cada vez maiores. É relevante, portanto, compreender como os distintos sujeitos tornam-se vulneráveis numa trajetória individual, familiar e coletiva que imbrica múltiplas temporalidades, isto é, inseridos em um processo no qual sua condição de vulnerabilidade compõe uma relação historicamente constituída, e não uma consequência de um desastre pontual (ACSELRAD, 2006).

As políticas de mitigação de danos e prejuízos referentes aos desastres devem estar amparadas nas particularidades expressas nas relações cotidianas, pois essas vidas permanecem em suspenso, “interrompem a vida rotineira, desestabilizam estruturas e adaptações sociais e colocam em perigo visões de mundo e sistemas de significado” (SMITH, 1998: 182). Dentre estas políticas a reconstrução é essencial e pode ser realizada de duas formas que são: 1) reconstruir as estruturas danificadas da forma como eram antes; e, 2) reconstruir as estruturas danificadas para resistir a outros perigos semelhantes. A segunda alternativa implica em custos extras, mas permite, por sua vez, a diminuição do processo de vulnerabilidade. A adoção dessa possibilidade nos conduz a questão da gestão de riscos, ou seja, a adoção de medidas que atuem na atenuação dos perigos e das vulnerabilidades como forma de diminuir o impacto dos desastres (GONÇALVES, 2010 b).

Para compreender melhor os aspectos relacionados a reconstrução será analisado, na próxima seção, o caso de São Luiz do Paraitinga.

2. RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO FRENTE A DESASTRES: O CASO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP, BRASIL

Historicamente, o crescimento econômico do município está ligado a atividades econômicas relacionadas à agricultura. Fundado em 1769, foi somente a partir de 1830 que sofreu grandes mudanças na economia em decorrência do rápido processo de crescimento econômico por conta da monocultura cafeeira da região do Vale do Paraíba. Isso atraiu um grande fluxo migratório: enquanto

que em 1836 a população do Vale do Paraíba detinha 105.679 habitantes (a região mais populosa da Província de São Paulo na época), em 1886 o contingente era de 338.537 pessoas, ou seja, mais do que triplicou num período de cinquenta anos. São Luiz do Paraitinga acompanhou essa tendência regional: dos 5.296 moradores existentes em 1836, passam a existir 17.368 habitantes no ano de 1886 (CAMPOS, 2011, p.28 *apud* PETRONE³, 1959). A monocultura cafeeira também induziu transformações no espaço urbano, com a construção de várias Igrejas e casarões históricos que seriam reconhecidas como patrimônio histórico no século seguinte.

Em razão da crise econômica da monocultura cafeeira, várias fazendas foram desagregadas e novos fluxos migratórios ocorreram: em São Luiz do Paraitinga, dos “25.166 moradores que existiam em 1911, sobraram apenas 11.127 em 1940” (Idem, p.44). Com a crise, a região tentou se reconstituir com base na pecuária, principalmente a leiteira. Todavia, a partir da década de 1970, essa atividade econômica entra em declínio, provocando modificações fundamentais na posse da terra e na produção rural: sítios e fazendas foram vendidos para moradores de cidades grandes e os novos proprietários passaram a utilizá-los como locais de lazer ou para plantações de eucaliptos, o que provocou, por sua vez, o aumento do êxodo rural (CAMPOS, 2011).

Foi também a partir da década de 1970 que as autoridades estaduais ligadas à cultura passam a perceber a importância do patrimônio cultural existente no município e, em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) promove o tombamento de dezenas de casas, sobrados e igrejas, após um levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade. Segundo Campos (2011), a partir desse tombamento as autoridades locais realizaram diversas tentativas de incluir o município no rol das estâncias turísticas paulistas, o que só veio a ocorrer em 05 de maio de 2002.

Desde então a Estância Turística de São Luís do Paraitinga apostou no turismo como principal atividade econômica, com destaque para o Carnaval ocorrido nas ruas do Centro Histórico. No carnaval de 2009, por exemplo, o município recebeu 180 mil turistas ao longo de cinco dias. O ecoturismo ligado a esportes de aventura, como o rafting, também ocorre no município. Uma série de serviços ligados ao setor do turístico se desenvolveu nessa estância turística como pousadas urbanas e rurais, hotéis, restaurantes etc.

Entretanto, entre os dias 1 a 4 janeiro de 2010, o município vivenciou uma grande inundação que atingiu cerca de 80% de sua área urbana, com elevação das águas do rio paraitinga a cerca de 12 metros (acima de seu nível normal), atingindo, principalmente, o centro histórico (conhecido por possuir o maior conjunto de casarões do século XIX do Estado de São Paulo). Dos 426 imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, 18 foram arruinados e 65 sofreram algum tipo de agravo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAITINGA, 2010b). Duas igrejas, uma escola municipal, documentos públicos (da prefeitura, dos cartórios e do fórum) foram destruídos e a economia municipal ficou paralisada por quase 1 mês, com cerca de 225 edificações comerciais danificadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAITINGA, 2010a). Foram cerca de 80 residências destruídas e 146 danificadas, com mais de 5.145 pessoas desalojadas e desabrigadas, ou seja, 49,48% da população total.

Em razão de seu acervo arquitetônico, histórico e cultural e pela repercussão das imagens da queda da Igreja Matriz, o município foi objeto de um conjunto de políticas públicas para sua reconstrução. Os recursos financeiros da prefeitura municipal aumentaram de cerca de R\$ 20 milhões, em 2009, para R\$ 50 milhões em 2010, tendo em vista as ações emergenciais e de reconstrução empreendidas durante o ano. Esses recursos foram aplicados para restabelecimento das condições de tráfego (rodovias, ruas etc.), na limpeza dos escombros deixados na cidade, na execução de obras de contenção em áreas de morros, na reconstrução de infra-estruturas públicas, etc.

³PETRONE, P. **A região de São Luiz do Paraitinga**: estudo de geografia humana. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Como a principal atividade econômica do município está ligada ao turismo, a grande preocupação no pós-impacto da inundação era atrair novamente os turistas. Se, por um lado, as imagens da queda da Igreja Matriz, veiculadas por todas as emissoras de televisão do país, contribuíram para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para o envio de doações de alimentos, roupa, ajuda voluntária, etc., por outro contribuiu para difundir a imagem de que a cidade estava destruída, ou seja, uma imagem negativa para a atividade turística. Ainda, havia a questão da inviabilidade de oferta de todas as atividades relacionadas ao setor de serviços turísticos com a carência de produtos de mercados, restaurantes e padarias na cidade, uma vez que elas tinham sido danificadas ou destruídas; de outro lado, o indutor do turismo no município estava muito atrelado a uma agenda cultural promovida e divulgada pela Prefeitura municipal. E o quadro de funcionários da Prefeitura municipal não só foi parcialmente atingido na inundação, como também foi mobilizado para tarefas atinentes às prioridades na reconstrução como, por exemplo, na organização de uma Prefeitura provisória, na realização de novos cadastros sociais porque grande parte havia sido destruída.

Neste período, a estratégia foi divulgar veementemente a reconstrução do município. Para tanto, criou-se um programa chamado “Canteiro Aberto” com o objetivo de dinamizar a economia local a partir do incentivo ao acompanhamento e realização de visitas técnicas das obras e ações de reconstrução e salvamento do patrimônio arquitetônico, de contenção de encostas e proteção das moradias etc. Coadunando com a mesma linha de atuação prevista por esse projeto no tocante a mobilizar a reconstrução em seus aspectos positivos, também foi desenvolvido, em parceria com a Universidade de Taubaté e o Diário Oficial do Estado de São Paulo, um periódico de circulação quinzenal intitulado ‘Jornal da Reconstrução’ que teve vigência de março de 2010 a março de 2011, com dezoito números.

Grande parte das manchetes do ‘Jornal da Reconstrução’ versava sobre as ações de reconstrução que estavam por vir, sempre fazendo menções a investimentos a serem realizados e enfatizando aspectos centrais para a realidade local: a reconstrução da Igreja Matriz, as inundações do rio Paraitinga, a retomada do turismo, o patrimônio cultural, as construções de novas casas populares. Havia espaço também para histórias de superação dos comerciantes locais. Em síntese, o objetivo era criar a imagem de que a cidade estava se reconstruindo, seja em seus aspectos materiais como também imateriais, fenômeno este que acaba por gerar uma narrativa coletiva que enseja um capital social dinamizador da economia local: “se tal restaurante reabriu, porque não posso tentar um financiamento e reabrir o meu?”, questiona um dos comerciantes locais (entrevista realizada em novembro de 2011).

Se, por um lado, fez-se menção aos grandes investimentos recebidos criando-se, por conseguinte, o imaginário de que dinheiro não seria problema para a reconstrução do município, por outro lado, isso não implicou que a distribuição dos investimentos fosse condizente ao conjunto de perdas materiais havidas. Se a grande preocupação era a retomada do turismo como atividade econômica, revelam-se aspectos contraditórios como a inexistência de políticas de reconstrução voltadas ao restabelecimento do comércio e outras atividades correlatas, das quais o turismo depende.

Um proprietário de um restaurante local destaca o conjunto de perdas diretas decorrentes da inundação e indiretas nos anos seguintes de seu pós-impacto, demonstrando como o desastre tem uma continuidade dependendo das posições sociais que os agentes ocupam no espaço social. Essas perdas diretas referem-se aos danos infra-estruturais de sua edificação cujos gastos para reparos e substituições se intensificam devido ao fato do imóvel ser tombado pelos órgãos do patrimônio histórico: as portas e janelas da fachada da edificação devem ser reparadas conservando o projeto original, o que implica gastos adicionais devido ao fato de serem feitas a partir de encomendas e com material de maior custo. A isso se adicionam os custos referentes aos reparos/substituições de equipamentos do restaurante, ao pagamento de funcionários mesmo com o estabelecimento comercial inoperante, ao pagamento de mão-de-obra para reparos etc.

As perdas indiretas se referem ao quanto se deixou de lucrar em decorrência das principais festividades turísticas do início do ano – entre as quais, o Carnaval em fevereiro de 2010 – não ocorrerem em virtude da cidade não ter infra-estrutura reconstruída. No ano seguinte à inundação de 2010, as perdas indiretas continuaram a ocorrer, uma vez que o movimento de turistas foi baixo, implicando um fluxo monetário aquém do esperado quando comparado ao que foi investido reconstruir o negócio. Muitos comerciantes vieram à falência. Outros, por sua vez, fecharam contratos com as empresas construtoras que vieram ao município para as ações de reconstrução/restauro/construção, fornecendo refeições aos funcionários dessas empresas. Conforme relata o proprietário de um restaurante:

só no primeiro ano, pelo fato da enchente, a gente deixou de ganhar uns setenta mil, né, que é o começo da temporada, festival de marchinha, carnaval, que é forte nosso, que sustenta a gente praticamente no restante do ano, né, diminuiu o fluxo de turista, então são dois meses, de dois a três meses de trabalhos pesado que segura o restante do ano, então a gente perdeu isso, e não só perdemos isso no primeiro ano de enchente, com esse segundo ano que veio agora também, foi totalmente aquém do que a gente achava do que poderia ser (...). Muita gente quebrou, que nem eu tava quase fechando as portas aqui, só não vou fechar as portas aqui, porque na última hora eu consegui fechar um contrato com a empresa que vai vim trabalhar agora aqui na igreja, que ela vai reconstruir a igreja, que vai ser em torno de oitenta a cem funcionários, então a partir de janeiro agora ela começa a trabalhar e começa um fluxo diário aqui de café da manhã, almoço e jantar, porque a gente estava assim, você está aqui e está vendo o movimento... (entrevista realizada em novembro de 2011).

Em outras palavras, há o prejuízo das perdas diretas e das perdas indiretas daquilo que se deixa de ganhar, como também as dificuldades quanto à mobilização de capital para reinvestir e reiniciar as atividades econômicas de outrora. Diante disso, muitos contraíram empréstimos com as taxas de juros correntes do mercado, o que contribui para acentuar o quadro de incertezas quanto à recuperação. O diretor de turismo do município reconhece a inexistência de políticas públicas de recuperação socioeconômica que priorizassem linhas de crédito especiais aos comerciantes logo no primeiro ano do processo de reconstrução. Assim, no primeiro ano do processo de reconstrução, as linhas de financiamento ficaram restritas aos empréstimos a juros correntes do mercado:

Nem tudo aconteceu no seu devido tempo, né? As coisas vieram depois e tal e no momento que as pessoas mais precisavam muitas pessoas no desespero, no momento sensível ali, recorreram a empréstimos normais nos bancos. Depois tentou-se empréstimo do governo, caixa de desenvolvimento do estado de São Paulo, os juros eram juros lógico, eram juros alto pras pessoas naquele momento. E depois de um ano, um ano e meio chegou o Banco do Povo aqui em São Luiz do Paraitinga (...)Então ajudava, os juros eram bons, ai sim era possível fazer uma reconstrução. Então as pessoas acabaram adquirindo vários outros empréstimos por ai e estão tentando pagar. (entrevista realizada em novembro de 2011).

Às dificuldades apresentadas no tocante à recuperação das atividades comerciais se adicionam aos entraves burocráticos da reconstrução de moradias situadas no Centro Histórico. Se, por um lado, o tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN) permitiu a obtenção de recursos para a reconstrução do centro histórico do município, por outro, dificultou o processo construtivo devido às exigências de reforma e construção da antiga fachada dos casarões particulares e pela burocracia e ausência de recursos financeiros suficientes para finalizar algumas obras em andamento. Assim, com o passar do tempo, a paisagem turística do Centro Histórico passou a expressar a ambigüidade entre os casarões reconstruídos e as ruínas dos casarões, prejudicando a principal atividade econômica do município. Diante disso, no final do ano de 2011, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, criou uma política para reforma de casarões históricos privados de pessoas que recebessem até dez salários mínimos.

De modo geral, a política de reconstrução está sendo marcada pela substituição daquilo que se perdeu, reproduzindo uma ordem socioespacial de outrora que historicamente se mostrou insustentável. Isto é, apesar dos problemas endêmicos e das vulnerabilidades apresentadas, o desastre em São Luiz do Paraitinga/SP não é interpretado como oportunidade de uma reconstrução baseada em um processo de desenvolvimento com metas de redução da vulnerabilidade e aperfeiçoamento das capacidades sociais e econômicas. As políticas de reconstrução baseadas na substituição acabam reproduzindo a expressão material de padrões sociais e econômicos de desigualdade e vulnerabilidade (OLIVER-SMITH, 1994). Em vez de buscar a diversificação das atividades econômicas tornando o município menos dependente do turismo, a política de reconstrução reforçou a lógica de outrora reproduzindo o padrão de vulnerabilidade socioeconômica existente, atestando o abandono da zona rural que historicamente foi o grande gerador de divisas do município.

Ademais, a natureza das políticas públicas direcionadas ao processo em tela colocou sua ênfase na reconstrução de infraestruturas físicas, desconsiderando a recuperação psicossocial das populações afetadas. Dito de outro modo, se o desenvolvimento é a melhoria do padrão de vida da população não houve política pública direcionada ao atendimento psicossocial dos afetados nesse desastre, sobretudo de grupos sociais que merecem atenção especial em razão de sua vulnerabilidade, tais como os idosos. Como exposto anteriormente, 15,64% (1.626 pessoas) tem mais de 60 anos (FIBGE, 2011). Muitos dos moradores dos casarões destruídos do Centro Histórico eram idosos que tiveram de sair de suas casas e vieram a adoecer e a falecer alguns meses depois da inundação. Embora não se possa correlacionar diretamente a ocorrência da morte à inundação, o fato é que tais grupos sociais, quando afetados num desastre, demonstram maiores fragilidades no processo de recuperação, não só diante do processo de sofrimento social diante das perdas materiais e imateriais havidas, bem como da projeção que fazem em relação ao porvir. Todavia, como assevera Sorokin (1942), não podemos generalizar esses efeitos a toda sociedade. Entretanto não podemos negligenciar que eles existem. Longe de ser um fenômeno pontual e natural, o desastre tem uma continuidade e transcorrem num tempo social.

4. Conclusão

A insustentabilidade de desenvolvimento brasileiro manifesta mais uma de suas sombrias facetas no aumento do número de desastres e no agravamento destes desastres em termos de perdas imateriais. A dificuldade de enfrentar os desastres do ponto de vista sistêmico gera um perfil de gestão de desastres positivista que se volta suas forças para o enfrentamento da parte mais visível e midiática de um desastre que é o momento da resposta da Defesa Civil ao mesmo. Os aspectos ligados à prevenção e a recuperação tem sido continuamente relegados.

Em alguns casos particulares um desastre pode ser um elemento indutor de desenvolvimento. Este é o caso de São Luiz do Paraitinga. Se no Brasil o processo de reconstrução encontra um conjunto de dificuldades com destaque para a morosidade para a liberação de recursos, São Luiz do Paraitinga conseguiu, devido a sua especificidade de município patrimônio histórico, recursos para a sua

reconstrução. As transferências de recursos estaduais e federais permitiram a reconstrução de grande parte do acervo arquitetônico público e privado destruído pela enchente de 2010.

Contudo, o processo de reconstrução não está sendo conduzido tendo em vista a diminuição das vulnerabilidades municipais a novas enchentes, mesmo que obras de contenção de encostas tenham sido realizadas no município.

A produção de um desenvolvimento que reproduz vulnerabilidades no tempo e no espaço é um paradoxo e, apesar do êxito do processo de reconstrução, medidas de prevenção associadas com a recuperação ambiental da bacia do rio Paraitinga, deveriam ser prioritárias para diminuir a vulnerabilidade de São Luiz do Paraitinga a novas inundações. Por fim, a ausência de políticas públicas que promovam a prevenção e preparação para possibilitar o treinamento da população no sentido de melhorar a proteção civil, frente à possibilidade de novas inundações no município.

5. Referências

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAchselrad.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.
- ANDERSON, M. B. Que cuesta más, lapreención o larecuperación? in: LAVELL, A. *Al norte del rio grande Ciencias Sociales, Desastres: uma perspectiva Norteamericana*. La RED, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994, p. 7-14.
- BRASIL, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, Nº 70, quarta-feira, 11 de abril de 2012.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília, 2007. 82 p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: outubro de 2012.
- CAMPOS, J.T. *A imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura*. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011. 118p.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CEPAL; BID. Um tema del desarrollo: lareducción de la vulnerabilidade frente a los desastres. Seminário: Enfrentando desastres Naturales: una cuestión del desarrollo. Nueva Orleans: 2000. **Anais...**
- GARITA, N.; NOWALSKI, J. *Del Desastre al Desarrollo Sostenible: El Caso de Mitchen Centroamerica*. BID y CIDHS, 2000.
- GONÇALVES, J. C. *A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010a.
- GONÇALVES, J. C. Impactos e medidas econômicas relacionados com desastres. *ComCiência (UNICAMP)*, v. 117, p. 1-3, 2010b.
- LAVELL, A. Desastres y Desarrollo: Hacia un Entendimiento de las Formas de Construcción Social de un Desastre: El Caso del Huracán Mitch em Centroamérica in:
- OLIVER-SMITH, A. Global Changes and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, Enrico L. *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York. 1998. p.177- 194.

OLIVER-SMITH, A. Reconstrucción después del desastre: una visión general de escuelas y problemas. In: LAVELL, Allan (org.). *Al Norte del Rio Grande*. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994. p.25-40.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAÍTINGA. *Formulário de Avaliação de Danos*. 01 jan. 2010a. _____ . *As novas casas populares*. Jornal da Reconstrução. 2ª quinzena de março. 2010b.

SACHS, Ignacy. *Caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 11ª edição, 2002.

SIENA, M. A Política de Assistência Social em contexto de desastres Relacionados às Chuvas: um estudo sobre o município de Ribeirão Preto/SP. In: *Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil*. Volume III. 1ª edição. São Carlos. Rima Editora, 2012. P. 38-61.

SOROKIN, P. A. *Man and society in calamity: the effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life*. New York: E.P. Dutton and Company, 1942.

THORNBURG, A. P., KNOTTNERUS, D. J., & WEBB, G. R. (2007). Disaster and deritualization : A re-interpretation of findings from early disaster research. *Science Journal*, 44, 161-166. doi:10.1016/j.soscij.2006.12.012

TIERNEY, K. J. Aspectos socioeconômicos de lamitigación del peligro in: LAVELL, A. *Al norte del rio grande Ciencias Sociales, Desastres: uma perspectiva Norteamericana*. La

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume* Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 63 p.

VALENCIO, N. (2010). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil Volume II*. (N. Valencio, Ed.) *Interfaces* (1st ed., p. 238). São Carlos: Rima Editora.

VALENCIO, N. F.L. S. Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre in: VALENCIO, N. F.L. S.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. VOLUME I. São Carlos: RIMA editora, 2009.

VALENCIO, N. Para Além do 'Dia do Desastre'. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2012. 250 p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski. (Org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 439-462.

Sites Utilizados:

www.ibge.com.br

<http://www.integracao.gov.br/>